## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

## PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

## **EMENDA Nº**

Dê-se ao Art. 28 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 28 A introdução irregular no País de **insumos agropecuários**, animais, vegetais, produtos de origem animal e vegetal, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A introdução irregular no País de insumos agropecuários praticada por pessoa **jurídica**, caracterizará infração de natureza gravíssima sujeita multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). "





## **JUSTIFICATIVA**

Com a proposição da presente emenda buscamos evitar sanção desproporcional em relação à avaliação de risco.

Na forma original, segundo o parágrafo único, caso um passageiro adentre o país com um medicamento de uso veterinário sofrerá multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Por outro lado, segundo o caput, se o passageiro entrar com um produto defumado, sofrerá multa entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dessa forma, prevemos a multa de R\$ 50 mil reais apenas para pessoas jurídicas. Além de incluir os insumos agropecuários no rol de produtos passiveis de infração para pessoas físicas.

Sala da Comissão, em de de 2021.

**DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC** 



